

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Bia Kicis desarruma o jogo de Ibaneis

Uma direita que não se une

Na época do regime militar, costumava-se dizer que “a esquerda só se une na cadeia”. Era uma crítica dos opositores ao fato de que as diferentes correntes ideológicas o que mais faziam era brigar entre si, dificultando, assim, o combate à ditadura militar. Nesta terceira era Lula, há, porém, sinais de quem não consegue se unir é a direita. Diante da falta da referência do principal

nome do segmento – o ex-presidente Jair Bolsonaro, prestes a ir para a prisão –, uma profusão de nomes conservadores, especialmente governadores, ensaia-se para a disputa pelo Planalto. E o mesmo vai acontecendo nas corridas regionais nos estados, para governador e senador. O Distrito Federal é um exemplo concreto de como isso vai se dando.

Ibaneis

Nos últimos dias, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), deu seguidos sinais de profunda irritação no Palácio do Buriti. A razão da sua insatisfação foi o anúncio oficial de que o PL pretende lançar a deputada Bia Kicis como candidata ao Senado pelo partido.

Embolado

Já tínhamos dito aqui no Correio Político que a disputa pelas duas vagas do DF no Senado poderia ficar bem embolada. A entrada de Bia Kicis no jogo pode atrapalhar muito a construção de uma aliança que permita que uma dessas vagas fique para Ibaneis, como pretendia.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Arruda deve disputar DF pelo PSD

Arruda desarrumou o jogo imaginado por Ibaneis

Até há bem pouco tempo, Ibaneis parecia ter o controle tranquilo do que planejava para seu futuro político. A vice-governadora Celina Leão (PP) se tornaria sua sucessora, com o seu apoio. E ele caminharia sem maiores problemas para se tornar senador. A entrada em campo do ex-governador José Roberto Arruda

desarrumou tudo. Arruda deverá se filiar ao PSD para disputar o Buriti. Com uma condenação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Arruda acha, porém, que a recente modificação na Lei da Ficha Limpa, que Lula sancionou, a essa altura não o deixa mais inelegível. Se seu entendimento estiver certo, ele está no páreo.

Senado

Como Arruda ainda nem se filiou ao PSD, não se sabe que nomes comporiam sua chapa para o Senado. Mas, se ele entrar forte como parece, pode vir a puxar para as vagas nomes do campo conservador. Como, talvez, o deputado federal Fred Linhares (Republicanos).

Belmonte

Outro fator a embolar o jogo pela direita é a aliança entre a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) e o ex-senador José Antonio Reguffe (Solidariedade). Uma aliança pelo centro que pode tirar votos da direita. Reguffe é sempre um nome bem votado no DF.

Michelle

As pesquisas apontam grande chance de uma das vagas para o Senado ser de Michelle Bolsonaro (PL). Se o PL tiver Bia Kicis como outro nome, complica-se a vida de Ibaneis. A não ser que o PL esteja fora da aliança para eleger Celina Leão governadora do Distrito Federal.

Esquerda

Toda essa movimentação pode acabar dividindo o campo. Especialmente se quebrar a chance de uma única chapa. Aí, talvez a esquerda possa beliscar votos. Levantamento do Paraná Pesquisas mostra Michelle e Ibaneis à frente. Mas Leila Barros (PDT) não está tão longe.

Debate sobre crime organizado marca semana

Câmara pode votar PL Antifacção na terça-feira

Por Rudolfo Lago

Depois da semana passada que adiaram a votação do PL Antifacção, projeto que governo e oposição disputam a autoria para promover o combate ao crime organizado, as estratégias nos dois campos inverteram-se. Como já adiantara o Correio Político na terça-feira (11), a estratégia inicial do governo na semana passada era adiar a votação, diante do quadro naquele momento que apontava para uma vitória da oposição. Agora, o governo inclina-se por votar o projeto. E é parte da oposição, especialmente os governadores, que ensaia defender um prazo maior.

A estratégia do governo na semana passada desmontou o acerto que o presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), fizera para entregar no colo do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a solução para o problema de segurança pública, que as pesquisas apontam como a maior preocupação do brasileiro neste momento. Motta e Tarcísio são do mesmo partido, o Republicanos, e Tarcísio é apontado como a principal opção no campo da oposição para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na corrida presidencial de 2026.

Nesse prisma, Hugo Motta resolveu escolher para relatar o PL Antifacção, um projeto do Executivo, o então secretário de Segurança do governo de São Paulo, Guilherme Derrite. A primeira versão de um relatório que modificava a proposta do governo foi elaborada ainda no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Tarcísio, então, exonerou Derrite, que retornou à Câmara para relatar o projeto. Erros, porém, na condução, atrapalharam a tática de Motta e Tarcísio.

“Blindagem”

Na versão inicial de seu relatório, Derrite propunha que ações da Polícia Federal (PF) nos estados só poderiam ser feitas com autorização prévia dos governadores. Para o campo da oposição, inicialmente não parecia má ideia. A aposta da oposição era de que o governo não tinha projeto claro para a segurança, e que governadores do campo da oposi-



Governadores de oposição pediram o adiamento da votação

ção vinham fazendo bom trabalho no combate à criminalidade. Reforçar, portanto, o papel dos governadores, especialmente o papel de Tarcísio, no caso, parecia boa estratégia.

A partir de uma iniciativa do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), porém, a tática falhou. Lindbergh, seguido por outros militantes, foram às redes sociais dizer que isso era uma nova estratégia de “blindagem” dos parlamentares. A maior derrota recente do campo oposicionista foi quando a Câmara aprovou o que ficou conhecido como “PEC da Blindagem”. A PEC estabelecia que operações policiais contra parlamentares só podiam ser feitas com autorização do Congresso. Após a aprovação na Câmara, os partidos governistas mobilizaram as ruas em grandes manifestações. O Senado acabou derrubando a PEC por unanimidade. A estratégia foi dizer que essa mudança tinha o mesmo propósito.

Há no momento dezenas de parlamentares que vêm sendo alvos de investigações a partir das várias fases da Operação Overclean, que apura desvios de recursos de emendas ao Orçamento. A tática governista foi apontar que exigir aval prévio dos governos estaduais para operações da PF seria uma forma de proteger esses parlamentares, muitos deles aliados dos governadores. Hoje, a PF faz suas operações sem aval do Executivo, mas a partir de autorizações judiciais.

Terrorismo

O segundo ponto polêmico na primeira versão do relatório de Guilherme Derrite era a equiparação do tráfico de entorpecentes ao crime de terrorismo. Essa ideia há tempos é defendida pela oposição, que batizou tal equiparação de “narcoterrorismo”.

No caso, a perda do apoio à ideia veio de setores do empresariado. Por conta de uma outra estratégia errada da oposição – quando o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) viajou aos Estados Unidos para estimular o presidente Donald Trump –, o Brasil já vinha sofrendo pesadas sanções comerciais por conta do tarifaço. A adoção da ideia do “narcoterrorismo” poderia justificar novas sanções comerciais, prejudicando os negócios brasileiros.

Poderia ainda justificar intervenções mais graves. Desde o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos passaram a adotar uma estratégia que batizaram de “guerra ao terror”. Essa estratégia justifica intervenção em qualquer situação na qual os EUA se sintam internamente ameaçados.

Quarta versão

A reação fez Derrite, então, recuar. Retirou os dois pontos do seu relatório. Desde então, seu texto já passou por quatro diferentes versões. A que se pretende levar à votação na terça-feira (18), no entanto, ainda recebe críticas tanto de setores do governo quanto da oposição. O Ministério da Justiça afirma, por exemplo, que a última versão

pode retirar mais de R\$ 360 milhões ao ano de fundos federais de combate ao crime e redirecioná-los para governos estaduais.

Governadores

Apesar desse aceno aos governos estaduais, um dos fatores que evitou a votação do projeto na semana passada foi justamente a reação dos governadores de oposição. Na quarta-feira (12), eles vieram a Brasília para uma reunião com Hugo Motta. E, de maneira inusitada, naquele momento uniram-se ao governo para pedir o adiamento.

Governadores como Claudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, e Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás, consideram ter produzido ações importantes no combate ao crime organizado. E reclamaram na reunião, que Derrite produziu seu relatório sem ouvi-los. Caiado fez explicitamente essa reclamação na reunião. Castro chegou a pedir a Hugo Motta que adiasse a votação do relatório por 30 dias. No caso, pareceu haver uma desconfiança de que a estratégia era fazer somente Tarcísio de Freitas lucrar com a iniciativa.

O problema para Motta é que novo adiamento poderá desgastar a sua imagem. Ao escolher Derrite e colocar o tema em votação, ele pretendia que a Câmara desse uma resposta rápida ao problema da segurança pública depois da operação policial no Rio nos Complexos do Alemão e da Penha. Via-se agora em apuros com uma tática que pareceu não agradar a nenhum dos lados.

STF nega recursos de Bolsonaro. Veja o que acontece

Por Rudolfo Lago

Por unanimidade, os quatro ministros que integram a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram os recursos apresentados pelos advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos demais réus que integram o que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, chamou de “núcleo crucial” da tentativa de golpe. A Primeira Turma no momento está com somente quatro integrantes porque Luiz Fux, o único que tinha votado pela absolvição dos réus, pediu para passar para a Segunda Turma e não participa mais dos julgamentos.

A negativa dos ministros estreita a possibilidade de novas ações dos defensores dos réus e faz aproximar o momento do chamado “trânsito em julgado”, o momento em que não há mais possibilidade de recursos e a sentença determinada passa, então, a ser cumprida. Há uma previsão de que isso venha a acontecer no início do mês de dezembro. Até



Defesa de Bolsonaro ainda tem algumas possibilidades

lá, os advogados poderiam ainda tentar novos recursos.

Protelatórios

Diante da decisão da Primeira Turma com relação aos recursos agora, avalia-se que essa tática agora só tivesse caráter protela-

tório. Mas a tentativa de recurso é um direito dos réus. No caso, foram negados “embargos declaratórios”. São recursos nos quais já não há a possibilidade de reverter a sentença. Mas que abordam eventuais dúvidas com relação à decisão dos ministros que, na óti-

ca dos advogados, precisariam ser sanadas.

Agora, há dois caminhos possíveis para as defesas. O primeiro seria apresentar novos embargos declaratórios, apontando a existência ainda de outras dúvidas que precisariam ser sanadas.

O segundo seria a apresentação dos chamados “embargos infringentes”. Esses podem questionar as penas aplicadas a partir de algum entendimento divergente dos ministros. Ocorre, porém, que no julgamento inicial só houve divergência de Luiz Fux. E pode prevalecer um entendimento que os embargos infringentes só poderiam ser pedidos se houvesse dois votos divergentes.

Ao negar novo recurso, a Primeira Turma poderá determinar o trânsito em julgado. No caso de um embargo infringente, o relator do processo, Alexandre de Moraes, pode decidir sozinho. Mas os advogados poderiam pedir uma revisão do colegiado. Todos esses julgamentos acontecem em plenário virtual.